

Belo Horizonte (MG), 30 de agosto de 2021.

Ao Banco Central do Brasil

Assunto: Remessa eletrônica de demonstrações financeiras

Senhores:


1. Objetivando atender a Circular nº 3.964, de 25/9/2019, emitida pelo BCB, que dispõe sobre a remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, encaminhamos os seguintes documentos:

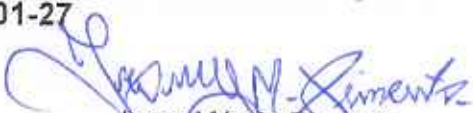
Data Base:	06/2021
Documentos:	(X) Balanço Patrimonial (X) Demonstração das Sobras ou Perdas (X) Demonstração dos Fluxos de Caixa (X) Notas Explicativas (X) Relatório de Auditoria Independente (X) Relatório da Administração (X) Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (X) Demonstração de Resultado Abrangente
Data publicação:	
Sítio eletr�nico publicação:	www.sicoobcentralcecremge.com.br

2. Informamos que a administração desta cooperativa se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Atenciosamente,

Central das CEC do Estado de MG Ltda – Sicoob Central Cecremge
CNPJ: 00.309.024/0001-27


Samuel Flam
Diretor Financeiro e Administrativo


Irany Márcia Pimenta
Contador /CRCMG – 048377/O-4

**CENTRAL DAS COOPERATIVAS
DE ECONOMIA E CREDITO
DO:00309024000127**

Assinado de forma digital por CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CREDITO DO:00309024000127
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=MG, l=Belo Horizonte, ou=VideoConferencia, ou=28016581000179, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CNPJ A3, cn=CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CREDITO DO:00309024000127
Dados: 2021.08.30 15:50:23 -03'00'

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de nossas filiadas as Demonstrações Contábeis do 1º semestre de 2021 da Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

O SICOOB CENTRAL CECREMGE mantém e vem aprimorando permanentemente a sua vocação de instituição voltada para organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das cooperativas singulares associadas, integrando e orientando atividades, bem como facilitando a utilização recíproca de serviços disponibilizados por esta central.

2. Avaliação de Resultados

No 1º semestre de 2021, o SICOOB CENTRAL CECREMGE apresentou o seguinte resultado, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Valores
Resultado líquido do semestre	690.108,14

3. Carteira de Crédito

As Operações de Crédito do SICOOB CENTRAL CECREMGE totalizaram R\$ 735.079.696,19, no 1º semestre de 2021, onde 100,00% destas operações pertenciam à modalidade de "Empréstimos".

Os Dez Maiores Devedores demandaram 88,89% (R\$ 653.395.173,93) das Operações de Crédito realizadas até 30/06/2021. Sua Carteira de Crédito possui 68 (sessenta e oito) operações ativas nesta mesma data-base, sendo subdividida em 17 (dezessete) tomadores (cooperativas singulares).

Rubrica	Jun 2021	Jun 2020
Depósitos a Prazo	406.503,99	693.869,24
Centralização Financeira	7.733.162.850,86	6.232.941.994,78
Total	7.733.569.354,85	6.233.635.864,02

4. Captação

As captações, no total de R\$ 7.733.569.354,85, em junho/2021, apresentaram uma evolução em relação ao semestre anterior de 24,06%, sendo distribuídas da seguinte maneira:

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CENTRAL CECREMGE era de R\$ 191.494.591,65. O quadro de associados era composto por 56 (cinquenta e seis) cooperativas, havendo uma redução de quatro associadas em relação ao exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682, havendo uma concentração de 100% nos níveis de "A" a "C"

7. Governança Corporativa

Governança Corporativa é o conjunto de mecanismo e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos de cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração do SICOOB CENTRAL CECREMGE tem na assembleia geral, que é a reunião de todas as filiadas, o poder maior de decisão.

A gestão do SICOOB CENTRAL CECREMGE está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Central no seu dia a dia.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE possui ainda um Agente de Controles Internos e Riscos, supervisionado diretamente pelo Conselho de Administração.

Os balanços do SICOOB CENTRAL CECREMGE são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Central.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, o SICOOB CENTRAL CECREMGE adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de Crédito, a cooperativa adota várias políticas de controles internos, além do Estatuto Social e Regimento Interno. A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Estrutura de governança

A estrutura de governança do SICOOB CENTRAL CECREMGE está alinhada às exigências legais e regulamentares vigentes e é regida pela Política Institucional de Governança Corporativa do Sicoob, que fixa as diretrizes de atuação sistêmica para o estabelecimento e a manutenção de relações transparentes, equitativas e éticas em todos os âmbitos da gestão. Para isso, contempla aspectos relacionados à: representatividade e participação; gestão executiva; aplicação de princípios de segregação de funções na



administração; fiscalização e controle; educação cooperativista; e responsabilidade corporativa na prestação de contas das entidades integrantes do Sicoob.

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo do SICOOB CENTRAL CECREMGE e possui autonomia para decidir sobre qualquer questão de interesse social, desde que respeitados os limites estabelecidos pela lei e pelo estatuto social em vigência.

As decisões tomadas em assembleia geral vinculam a todas as cooperativas singulares associadas, ainda que assentes e discordem.

Conselho da Administração

O Conselho de Administração do Sicoob Central Cecemge é composto por, no mínimo 9 (nove) membros e, no máximo, 15 (quinze) membros efetivos com mandato de 4 (quatro) anos. Órgão máximo da alta administração, tem como missão fixar diretrizes, examinar e aprovar os orçamentos os planos periódicos de trabalho, acompanhando a execução dos negócios, por meio da definição de atribuições estratégicas, normativas, orientadoras e fiscalizadoras, sem dispor de funções operacionais ou executivas.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e de 3 (três) membros suplentes, todos associados de singulares associadas, eleitos a cada 2 (dois) anos pela assembleia geral, responsável pela fiscalização assídua e minuciosa da administração da Cecemge. Tem função de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, assessorando a Assembleia Geral, além de opinar sobre as demonstrações contábeis e o relatório anual da administração.

9. Pacto de Ética

O SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu ao PACTO DE ÉTICA sistêmico em maio/2021, que tem como objetivo harmonizar os valores pessoais e profissionais das pessoas que compõem a estrutura organizacional das entidades do Sicoob com os padrões de conduta e os valores éticos, morais, legais, normativos e os bons costumes reconhecidos como identidade institucional do Sicoob.

Todos os integrantes do quadro funcional do SICOOB CENTRAL CECREMGE deverão firmar a sua adesão ao Pacto de Ética, proposto pelo Sicoob, até agosto de 2021. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Central, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

Em 2010 o Banco Sicoob S/A e o Sicoob Confederação decidiram adotar o componente único de ouvidoria que tem Diretor responsável e um Ouvidor, o qual recebe demanda originadas das cooperativas singulares vinculadas que fazem parte do Sistema, como a Central Cecemge. Com o objetivo de atender às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico,



atendimento via DDG 0800 e site na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com as nossas filiadas e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

11. Gerenciamento de Risco

a. *Risco Operacional*

A Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

Esta Política estabelece diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob.

Conforme preceitua o art. 12 da Lei Complementar 130/2009 e o art 34 da Resolução CMN nº 4.434/2015, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

O processo centralizado de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na:

- a) identificação, avaliação e tratamento do risco operacional;
- b) documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- c) realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- d) elaboração de propostas de atualização da política sistêmica;
- e) disseminação da Política de Gerenciamento de Risco Operacional aos empregados da entidade, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados relevantes;

O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos

A Plataforma de Gestão de Processos e Controles (PGPC), nos módulos Risco Operacional e Controles Internos – Ações, auxilia no processo de gerenciamento do risco operacional.

O ciclo de identificação, avaliação e tratamento de riscos operacionais, incluindo a reavaliação dos riscos já identificados, compõe-se das seguintes etapas:



- a) identificação do risco operacional: atividade realizada por meio da análise dos processos da entidade, verificando, também, os riscos, as causas e controles identificados e incluídos na PGPC;
- b) avaliação qualitativa do risco operacional identificado: atividade que relaciona as informações de impacto e probabilidade para determinação dos riscos que deverão receber tratamento. É realizada por meio da PGPC, módulo Risco Operacional, com aplicação da Matriz de Avaliação de Riscos Operacionais;
- c) tratamento do risco operacional, realizado por meio da PGPC, Módulo Risco Operacional, pela adoção dos procedimentos de:
 - c.1) implementação, pelos gestores de cada processo, das ações por eles informadas para tratamento dos riscos operacionais. Essa atividade é realizada por meio da PGPC, módulo Controles Internos – Ações;
 - c.2) verificação da efetividade e tempestividade da implementação de cada ação;
 - c.3) crítica do enquadramento dos riscos nos parâmetros definidos na metodologia;
 - c.4) reavaliação dos riscos operacionais, também pelos gestores de cada processo, considerando os sistemas de controles já implementados;
 - c.5) guarda, pelos gestores das áreas da entidade, de documentos que evidenciam a efetividade, a tempestividade e a conformidade dos procedimentos, controles e/ou das ações de tratamento dos riscos operacionais, possibilitando a verificação por parte das auditorias interna, externa e cooperativa, área de Controles Internos e Banco Central do Brasil.
- d) documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais:
 - d.1) as perdas operacionais e as recuperações de perdas operacionais estão armazenadas na PGPC, Módulo Risco Operacional em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação.
- e) Comunicação e informação: geração de informações que permitam, internamente, a identificação de condições para adoção de correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional e, externamente, a transparência do processo;

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

b. Riscos de Mercado

A Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira de Riscos de Mercado, aprovada pelos respectivos órgãos de administração das entidades do Sicoob, visa estabelecer responsabilidades e diretrizes aplicadas à gestão de riscos de mercado e atender às exigências e normas legais.

Conforme preceitua a Resolução CMN nº 4557/2017, o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada no relatório disponível no site www.sicoob.com.br.



A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado prevê:

- a. procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle de riscos de mercado das entidades do Sicoob;
- b. avaliação contínua da efetividade das estratégias utilizadas de mitigação de riscos de mercado das entidades do Sicoob;
- c. elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de mercado que evidenciem, no mínimo:
 - c.1) valor em Risco (Value at Risk – VaR);
 - c.2) limites máximos de risco de mercado;
 - c.3) cenários de stress para risco de mercado;
- d. elaboração das demonstrações relativas aos riscos de mercado e de liquidez, exigidas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com especificações normativas em vigor;
- e. cálculos e projeção do capital regulamentar necessário às exposições aos riscos de mercado pelas entidades do Sicoob.;

O gerenciamento de risco de mercado adota procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting do VaR).

A métrica adotada para o cálculo gerencial do risco de mercado da carteira de não negociação (banking) é o Valor em Risco (Value at Risk – VaR), que mede a perda máxima estimada para determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

Para carteira de negociação (trading) são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

Os testes de aderência ao modelo de mensuração dos riscos (backtesting do VaR) são realizados, semestralmente, pela área gestora, para apurar o nível de consistência entre as perdas estimadas pelo VaR e os retornos efetivamente verificados.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

c. Risco de Liquidez

A Política Institucional de Gerenciamento do Riscos de Liquidez, aprovada pelos respectivos órgãos de administração das entidades do Sicoob, visa estabelecer responsabilidades e diretrizes aplicadas à gestão de riscos de liquidez e atender às exigências e normas legais.



Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN nº 4557/2017 o SICOOB CENTRAL CECREMGE aderiu à estrutura única de gestão do risco de liquidez do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Sicoob S/A, que pode ser evidenciada no relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de liquidez prevê:

- a) procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de liquidez das entidades do Sicoob;
- b) produção de relatórios periódicos de acompanhamento dos riscos de liquidez para as entidades do Sicoob que evidenciem o enquadramento aos limites mínimos de liquidez;
- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de liquidez e que evidenciem, no mínimo:
 - c.1) limites mínimos de liquidez;
 - c.2) cenários de stress para risco de liquidez.
- d) existência de plano de contingência de liquidez, contendo estratégias que devem ser adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco de mercado e liquidez.

O gerenciamento do risco de liquidez adota procedimentos de identificação dos possíveis impactos na liquidez, da projeção da liquidez (fluxo de caixa), dos limites do risco de liquidez, cenários de stress de liquidez e planos de contingência de liquidez.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de liquidez, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da Entidade.

d. Risco de crédito

A Política Institucional de Risco de Crédito em vigor tem característica sistêmica e foi aprovada pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

O gerenciamento de risco de crédito, conforme o art. 4º da Resolução CMN nº 4.557/2017, é realizado de forma centralizada pelo Sicoob Confederação desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Sicoob S/A, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito, além de padronizar processos, metodologias de análise de risco de clientes e operações, monitorar as carteiras e manter uma política única de risco de crédito, também atua na (nos):

- a) adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;



- b) estimaco (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparao dos valores estimados com as perdas, efetivamente, observadas;
- c) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposio ao risco de crédito;
- d) fornecimento de informaes gerenciais perı́odicas para as entidades do Sistema;
- e) modelos para avaliao do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta caracterı́sticas especı́ficas dos tomadores e questes setoriais e macroeconmicas;
- f) limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito.

O Sicoob mantm um conjunto de metodologias para avaliar o risco de crédito do cliente e da operao:

- a) a metodologia é aplicada em duas etapas. Avalia-se primeiramente o cliente para depois avaliar eventuais fatores mitigadores de risco das operaes com base em garantias;
- b) há várias metodologias de avaliao de risco do cliente, aplicadas conforme o perfil do tomador;
- c) nas metodologias de avaliao de risco do cliente, consideram-se variáveis especı́ficas aos clientes e variáveis setoriais;
- d) as metodologias possuem poder discriminante (capacidade de separar bons e maus clientes), periodicamente testado;
- e) as classificaes de risco subsidiam a alocao do crédito e a gesto da carteira de maneira sistmica;
- f) a metodologia de risco de operao contempla o contido na Resoluo CMN n 2.682/1999.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito so claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especializao, representao e racionalidade no âmbito do Sicoob.

e. Risco Socioambiental

A estrutura de gerenciamento de risco socioambiental prevê a padronizao dos procedimentos operacionais internos para identificar, classificar, avaliar e tratar os riscos socioambientais, além de fornecer informaes gerenciais perı́odicas às entidades do Sistema.

Os processos e procedimentos para análise e monitoramento dos riscos socioambientais esto relacionados às operaes de crédito:

- a) as orientaes nos normativos internos abordam os princı́pios subjacentes à responsabilidade socioambiental, reconhecendo o engajamento das partes



interessadas aos temas centrais e, também, sobre formas de integrar o comportamento, socialmente responsável, na organização.

A exposição ao risco socioambiental é realizada com base em metodologia que leva em consideração características do Cooperado e da operação.

f. Gerenciamento de capital

A Política Institucional de Gerenciamento de Capital, aprovada pelos respectivos órgãos de administração das entidades do Sicoob estabelece as diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital, visando adotar uma postura prospectiva, antecipando necessidades de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições do mercado.

A aplicação das diretrizes, registradas na Política, e dos procedimentos aplicáveis é de responsabilidade das entidades do Sicoob.

O gerenciamento de capital é realizado de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, com amparo no art. 4º da Resolução CMN nº 4.557/2017.

A estrutura de gerenciamento de capital prevê:

- a) monitoramento e controle do capital mantido pelas entidades do Sicoob;
- b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades estão sujeitas;
- c) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades e horizonte mínimo de 3 (três) anos;
- d) postura prospectiva, com antecipação da necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- e) viabilização, por meio de planejamento adequado de capitalização e de condições necessárias para o crescimento de negócios, estabelecido nas diretrizes estratégicas.

O Gerenciamento de Capital é um processo cíclico que envolve áreas do Sicoob Confederação, Bancoob, cooperativas centrais e singulares.

O Sicoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar riscos relevantes, de forma a manter um capital compatível com os riscos incorridos pela entidade.

São realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado. Os resultados das avaliações de seus impactos no capital são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

g. Risco de Continuidade de Negócios

A Política Institucional de Gerenciamento de Continuidade de Negócios, aprovada pelos respectivos órgãos de administração das entidades do Sicoob estabelece as diretrizes de continuidade de negócios de processos críticos e confere condições de recuperação em situações de interrupção da capacidade das entidades do Sicoob em fornecer produtos e serviços.



O Gerenciamento de Continuidade de Negócios é realizado de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, com amparo no art. 4º da Resolução CMN nº 4.557/2017.

A estrutura centralizada de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) prevê:

- a) o conhecimento dos riscos de descontinuidade das entidades do Sicoob;
- b) a proposição de estratégias sistêmicas alinhadas aos riscos organizacionais;
- c) a implementação, divulgação, revisão, testes e manutenção das estratégias de continuidade, fazendo com que a gestão de continuidade de negócio faça parte da cultura organizacional;
- d) o alinhamento do processo de GCN junto às Centrais e Singulares.

A análise de impacto nos negócios (AIN) é a metodologia adotada para auxiliar na identificação dos processos críticos e está baseada nos impactos legal, financeiro e de imagem.

Para cada impacto (legal, financeiro e imagem) é atribuída uma nota conforme a criticidade.

Na metodologia da AIN é identificado o tempo limite para retorno à normalidade (Recovery Time Objective – RTO). Quanto menor o tempo para retorno à normalidade, maior a importância do processo para o negócio.

Os riscos de descontinuidade com resultado da AIN alto ou médio são classificados como processos críticos.

Para os processos críticos são definidas as estratégias de continuidade, com a intenção de resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

Durante a implementação das estratégias de continuidade dos processos críticos, são elaborados os Planos de Continuidade de Negócios classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Planos de Recuperação de Desastres (PRD) voltados para continuidade das suas atividades operacionais críticas.

O Sicoob Confederação é responsável pela elaboração dos Planos de Recuperação de Desastre (PRD), voltados para recuperação dos ativos de TI (Sisbr) referentes aos processos críticos sistêmicos, em um momento de contingência. As cooperativas são responsáveis pela elaboração dos Planos de Continuidade de Negócios voltados para os recursos de TI in-loco e negócio.

Os Planos de Continuidade de Negócios são testados anualmente para certificação quanto a sua efetividade.

h. Risco de imagem

Decorre de boatos ou publicação negativa, verdadeira ou falsa, em relação à prática ou condução dos negócios da Cooperativa, o que provoca a evasão de associados e a consequente perda de negócios.



Com vistas à mitigação do risco de imagem sistêmico, o SICOOB CENTRAL CECREMGE por deliberação do Conselho de Administração desta central, adotou a política de Comunicação e Marketing do Sicoob Confederação.

Essa política de *comunicação e marketing* tem por finalidade, priorizar os seguintes temas:

- a) Aumentar a visibilidade da Central como instituição cooperativista;
- b) Profissionalizar o relacionamento com os públicos de interesse;
- c) Melhorar o posicionamento no mercado; e
- d) Consolidar a marca Sicoob para que seja valorizada e reconhecida como a principal instituição financeira de seus associados.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte (MG) 09 de agosto de 2021.

A Administração

**MARCIO OLIVIO VILFERT
PEREIRA:20527420697**

Assinado de forma digital por MARCIO OLIVIO VILFERT PEREIRA:20527420697
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=VideoConferencia, ou=24869206000110, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(em branco), cn=MARCIO OLIVIO VILFERT PEREIRA:20527420697
Dados: 2021.08.30 15:53:55 -03'00'



Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cecremge**Demonstrações financeiras de 30 de junho de 2021 e o relatório do auditor independente****Sumário**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanco patrimonial.....	5
Balanco patrimonial.....	6
Demonstração das sobras ou perdas	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11
1 Contexto operacional	11
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis	12
3 Caixa e equivalentes de caixa.....	17
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	17
5 Títulos e valores mobiliários.....	17
6 Operações de crédito.....	18
7 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	19
8 Investimentos	20
9 Imobilizado de uso e intangível, depreciações e amortizações.....	21
10 Depósitos a prazo	21
11 Relações interfinanceiras.....	22
12 Provisões	22
13 Outras obrigações.....	23
14 Patrimônio líquido.....	24
15 Dispêndios e despesas de pessoal.....	25
16 Outros dispêndios e despesas administrativas	25
17 Outros ingressos e receitas operacionais	26
18 Coobrigações e riscos em garantias prestadas.....	26
19 Seguros contratados	26
20 Instrumentos financeiros	26
21 Partes relacionadas.....	27
22 Índice de Basileia	30
23 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos.....	30



**Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras**

Aos cooperados e administradores da
**Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central
Cecremge**
Belo Horizonte MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cecremge ("Central"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cecremge em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras apresentadas para fins de comparação, foram também por nós examinadas. O relatório do semestre findo em 30 de junho de 2020, datado de 21 de agosto de 2020, continha ênfase acima intitulada "Limite de exposição por aplicação em títulos e valores mobiliários e por cooperado excedidos". O relatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, datado de 5 de março de 2021, não continha modificações.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Central é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Central é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Central ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Central são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Central.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Central. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Central a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 9 de agosto de 2021.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3 S MG


Hélio Mazzi Júnior
CRC 1SP189107/O-3 S MG



Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cececmge

Balanco patrimonial

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020
Em reais

ATIVO	Notas	30/06/2021	31/12/2020
DISPONIBILIDADES	3	6.036.014,31	3.000,00
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		7.884.640.731,78	7.338.502.733,95
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	4.510.802.705,19	4.971.820.006,52
Títulos e valores mobiliários	5	2.635.706.338,78	2.015.201.375,07
Operações de crédito	6	735.079.696,19	348.338.235,79
Outros ativos financeiros		3.051.991,62	3.143.056,57
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(5.112.809,71)	(2.316.412,60)
(-) Operações de crédito	7	(5.080.743,71)	(2.264.346,60)
(-) Outras	7	(32.066,00)	(32.066,00)
OUTROS ATIVOS		2.035.085,02	1.792.614,28
INVESTIMENTOS	8	177.808.841,68	175.117.972,93
IMOBILIZADO DE USO	9	16.176.012,54	15.505.040,34
INTANGÍVEL	9	4.194.310,38	5.751.535,64
(-) DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	9	(7.514.193,06)	(8.950.162,21)
TOTAL DO ATIVO		8.076.263.992,94	7.525.406.322,33

Continua...

Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cecremge

Balanco patrimonial

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020
Em reais

...Continuação

	Notas	30/06/2021	31/12/2020
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
DEPÓSITOS		406.503,99	401.360,12
Depósitos à prazo	10	406.503,99	401.360,12
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		7.733.170.835,57	7.209.681.616,60
Relações interfinanceiras		7.733.162.850,86	7.209.609.956,34
Centralização financeira - Cooperativas	11	7.733.162.850,86	7.209.609.956,34
Outros passivos financeiros	13	7.964,71	71.660,26
PROVISÕES	12	3.335.982,25	3.683.854,13
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	13	441.540,59	467.036,45
OUTROS PASSIVOS	13	33.505.016,69	19.529.577,35
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	307.404.113,85	291.642.877,68
Capital social		281.941.797,18	256.981.253,93
Reservas de sobras		26.960.423,51	28.960.423,51
Outros resultados abrangentes		(4.188.214,98)	-
Sobras ou perdas acumuladas		690.108,14	5.701.200,24
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.078.263.992,94	7.525.406.322,33

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cecremge

Demonstração das sobras ou perdas

Semestres findos em 30 de junho

Em reais

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		95.174.099,66	100.708.358,75
Operações de crédito	6a	7.126.494,70	5.073.746,26
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	4	57.274.933,61	63.065.973,99
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5(iii)	30.772.671,35	32.568.638,50
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(95.727.199,37)	(98.196.829,90)
Operações de captação no mercado	10	(5.143,87)	(11.825,22)
Operações de empréstimos e repasses		-	(4.867,73)
Dispêndios de depósitos intercooperativos	11	(92.925.658,39)	(98.207.923,31)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(2.796.397,11)	27.786,36
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(553.099,71)	2.511.528,85
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		1.203.309,70	455.954,66
Ingressos e receitas de prestação de serviços		111.359,77	49.340,38
Dispêndios e despesas de pessoal	15	(6.578.280,82)	(5.776.826,74)
Outros dispêndios e despesas administrativas	16	(4.498.759,06)	(4.739.257,54)
Dispêndios e despesas tributárias		(59.490,93)	(52.532,48)
Resultado de participações em coligadas e controladas	8	6.820.298,07	5.438.113,46
Outros ingressos e receitas operacionais	17	5.769.068,71	5.544.566,10
Outros dispêndios e despesas operacionais		(360.886,04)	(7.448,52)
PROVISÕES		204.511,25	452.581,65
Provisões/reversões para contingências	12	204.511,25	452.581,65
RESULTADO OPERACIONAL		854.721,24	3.420.065,16
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		53.447,39	49.688,20
Lucros em transações com valores e bens		50,00	-
(-) Prejuízos em transações com valores e bens		(5.823,47)	-
Ganhos de capital		179.994,38	51.088,13
(-) Perdas de capital		(120.773,52)	(1.399,93)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		908.168,63	3.469.753,36
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(24.677,70)	(11.583,96)
Imposto de renda sobre atos não cooperados		(12.338,85)	(5.791,98)
Contribuição social sobre atos não cooperados		(12.338,85)	(5.791,98)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(193.382,79)	(182.088,90)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		690.108,14	3.276.080,50

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cecremge

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho
Em reais

	Nota	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		890.108,14	3.276.080,50
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(4.188.214,96)	-
Itens que podem ser reclassificados para o resultado			
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas	8	(4.188.214,96)	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		(3.498.106,84)	3.276.080,50

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cecemge

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho

Em reais

	Capital subscrito	Capital a realizar	Reserva legal	Reservas para expansão	Reservas de lucros a realizar	Outras reservas	Outros resultados abrangentes	Sobras ou perdas acumuladas	TOTALS
Saldos em 31/12/2019	217.026.982,50	-	8.681.527,01	-	17.484.883,20	257,05	-	8.340.850,76	251.533.000,47
Destinações de sobras exercício anterior:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	3.340.850,76	-	-	-	(3.340.850,76)	-
Distribuição de sobras para aumento de capital	5.000.000,00	-	-	-	-	-	-	(5.000.000,00)	-
Movimentação de capital:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Por subscrição/realização	36.574.877,28	(105.470,60)	-	-	-	-	-	-	36.469.406,68
Por devolução (-)	(306.758,38)	-	-	-	-	-	-	-	(306.758,38)
Sobras ou perdas do período	-	-	-	-	-	-	-	3.276.050,50	3.276.050,50
Saldos em 30/06/2020	258.293.803,50	(105.470,60)	8.681.527,01	3.340.850,76	17.484.883,03	257,05	-	3.276.050,50	290.971.731,25
Saldos em 31/12/2020	258.981.253,83	-	9.018.748,36	-	19.841.418,09	257,06	-	5.701.200,34	291.642.877,65
Destinações de sobras exercício anterior:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doação de fundo voluntário	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para aumento de capital	4.000.000,00	-	-	-	-	-	-	(1.701.200,34)	(1.701.200,34)
Movimentação de capital:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Por subscrição/realização	25.188.455,91	-	-	-	-	-	-	-	25.188.455,91
Por devolução (-)	(4.207.912,65)	-	-	-	-	-	-	-	(4.207.912,65)
Sobras ou perdas do período	-	-	-	-	-	-	-	880.108,14	880.108,14
Ajuste de avaliação patrimonial - invest. em coligadas e controladas	-	-	-	-	-	-	-	(4.188.214,98)	(4.188.214,98)
Saldos em 30/06/2021	281.841.797,18	-	9.018.748,36	-	19.841.418,09	257,06	(4.188.214,98)	590.108,14	307.464.113,65

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cecremge

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de reais

	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	908.168,63	3.469.753,36
Resultado de equivalência patrimonial	(6.820.298,07)	(5.438.113,46)
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.796.397,11	(27.786,36)
Provisões/reversões para contingências	(204.511,25)	(452.581,65)
Atualização de depósitos em garantia	(10.972,33)	(7.442,50)
Depreciações e amortizações	467.469,22	332.228,96
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	(2.863.746,69)	(2.123.941,65)
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	461.017.301,33	(994.722.113,59)
Títulos e valores mobiliários	(620.504.963,71)	231.548.892,43
Operações de crédito	(386.741.400,40)	(2.438.474,31)
Outros ativos financeiros	102.037,28	315.112,54
Outros ativos	(242.470,74)	435.646,97
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos à prazo	5.143,87	11.825,22
Relações interfinanceiras	523.552.894,52	744.428.005,96
Obrigações por empréstimos e repasses	-	(132,30)
Outros passivos financeiros	(63.675,55)	(321.043,38)
Provisões	(143.360,63)	7.442,50
Obrigações fiscais correntes e diferidas	(25.495,86)	(120.848,20)
Outros passivos	13.782.056,55	(8.574.345,48)
Outras destinações	(1.701.200,24)	-
Imposto de renda	(12.338,85)	(5.791,98)
Contribuição social	(12.338,85)	(5.791,98)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(13.851.557,97)	(31.565.557,25)
Atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos	4.129.429,32	(1.134.175,43)
Aquisição de imobilizado de uso	(833.205,73)	(3.336.966,60)
Aquisição de intangível	(183.979,58)	(347.462,02)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	3.112.244,01	(4.818.604,05)
Atividades de financiamentos		
Aumento por novos aportes de capital	25.168.455,91	36.469.406,69
Devolução de capital à cooperados	(4.207.912,66)	(306.756,38)
Outros eventos/reservas	(4.188.214,98)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	16.772.328,27	36.162.650,31
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.033.014,31	(221.510,99)
Modificações em de caixa e equivalentes de caixa líquidas		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do período	3.000,00	336.930,99
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do período	6.036.014,31	115.420,00
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	6.033.014,31	(221.510,99)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cecremge

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais

1 Contexto operacional

A Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cecremge, fundada em 30 de julho de 1994, é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de natureza simples e sem fins lucrativos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 22 de novembro de 1994, através do registro sob nº 00.309.024/0001-27.

A Central está sediada na Avenida do Contorno nº 4.924 – 2º, 3º, 4º, 5º e 6º andares, bairro Funcionários, em Belo Horizonte MG e tem sua área de ação limitada ao Estado de Minas Gerais.

Tem por objetivo a organização em comum e em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das cooperativas singulares associadas, integrando e orientando atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015.

Está integrada à Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação e é uma das acionistas do Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob, tendo controle compartilhado sobre o mesmo (nota 21a).

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda - Sicoob Central Cecremge junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento, quais sejam:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/2011;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2020.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Central e foram aprovadas em 30 de julho de 2021, as quais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/2020 que regulamentou procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e com a Resolução BCB nº 2/2021. As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas

explicativas. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Resolução CMN 4.872/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

c Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos semestres e exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

c.1 Apuração das sobras

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício

c.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Central no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Central incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Central monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

c.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários livres.

c.4 Instrumentos financeiros

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

c.5 Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

c.6 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

c.7 Depósitos em garantia

Existem situações em que a Central questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

c.8 Investimentos

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Central tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Central nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração das sobras e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Central. Quando a participação da Central nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Central não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

c.9 Imobilizado de uso

Instalações, móveis e equipamentos, veículos e edificações, são demonstrados pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na nota 9. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados em receitas não operacionais, líquidas.

c.10 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

c.11 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (*teste de impairment*).

c.12 Depósitos a prazo e centralização financeira

Os depósitos a prazo e a centralização financeira são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os depósitos a prazo pós-fixados e a centralização financeira são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Os depósitos pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar.

c.13 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

c.14 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

c.15 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Central quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Central revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

c.16 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante. Essa segregação considera a intenção da administração da Central na manutenção de ativos.

Em 30 de junho de 2021, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 1.749.600.360,89. Já o realizável a longo prazo supera o exigível a longo prazo em R\$ 1.866.307.437,20. Assim, o ativo total, excluído o permanente, supera o passivo total em R\$ 116.707.076,31. A segregação entre curto e longo prazo foi realizada de acordo com a intenção da Administração de manter os títulos até o vencimento, objetivando ganho de rentabilidade. Contudo, os ativos têm liquidez imediata, visto que é possível, a qualquer momento, resgatar os títulos, se necessário.

c.17 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

c.18 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido as determinações da Resolução CMN nº 4.818/2020 do BACEN.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	6.036.014,31	3.000,00

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
LFT Compromissada Banco Sicoob	-	-	82.509.578,42	917.557.117,76
CDI - Pós fixada	4.340.920.081,76	169.882.623,43	3.766.270.534,51	205.482.775,83
TOTAL	4.340.920.081,76	169.882.623,43	3.848.780.112,93	1.123.039.893,59

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Interbancário – CDI, efetuadas no Banco Sicoob (nota 21a), com remuneração de, 95% a 101% do CDI. Parte do saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez de 2021 encontra-se bloqueado pelo Banco Sicoob, para cumprir acordo de compensação de operações de crédito rural das cooperativas associadas no montante de R\$ 276.850.788,20. Os vencimentos finais das operações serão em janeiro/2023.

Foi registrado no resultado do primeiro semestre de 2021, em ingressos da intermediação financeira – aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R\$ 57.274.933,61 (R\$ 63.065.973,99 em 2020).

5 Títulos e valores mobiliários

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Letras Financeiras do Tesouro (i)	628.375.265,40	1.336.810.268,25	376.797.819,02	813.163.373,19
Letras Financeiras (ii)	279.639.264,05	125.844.427,29	255.228.592,65	417.559.374,49
Fundo Centralização Financeira (iii)	265.037.113,79	-	152.452.215,72	-
TOTAL	1.173.051.643,24	1.462.654.695,54	784.478.627,39	1.230.722.747,68

- (i) Referem-se a títulos do Tesouro Nacional atualizados pela taxa Selic, considerando o valor, prazo e época da aplicação, cuja remuneração é de, aproximadamente, 100% da taxa Selic, cujos vencimentos finais serão em março/2027.
- (ii) Trata-se de recursos investidos em Letras Financeiras, devidamente registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, cujos vencimentos finais serão em junho/2023.

- (iii) Referem-se a aplicações no Banco Sicoob originadas de excedentes de caixa da conta movimento da Sicoob Central Cearemge e remuneradas por, aproximadamente, 95% do CDI.

Foi registrado no resultado do primeiro semestre de 2021, em ingressos da intermediação financeira - títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 30.772.671,35 (R\$ 32.568.638,50 em 2020).

6 Operações de crédito

a Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	30/06/2021		
	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos e Títulos descontados	499.091.924,89	235.987.771,30	735.079.696,19

Descrição	31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos e Títulos descontados	281.250.335,74	67.087.960,05	348.338.295,79

Foi registrado no resultado do primeiro semestre de 2021, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 7.128.494,70 (R\$ 5.073.746,26 em 2020).

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível / percentual de risco / situação		Empréstimo / TD	Total em 30/06/2021	Total em 31/12/2020
A	0,5% Normal	458.581.430,26	458.581.430,26	247.025.328,63
B	1% Normal	275.355.570,41	275.355.570,41	99.508.453,54
C	3% Normal	1.142.695,52	1.142.695,52	1.804.513,62
Total Geral		735.079.696,19	735.079.696,19	348.338.295,79

c Composição do saldo por faixas de vencimento

Tipo	30/06/2021			Total
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	
Empréstimos e Títulos descontados	130.904.855,65	368.187.069,24	235.987.771,30	735.079.696,19

Tipo	31/12/2020			Total
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	
Empréstimos e Títulos descontados	69.928.086,16	211.322.249,59	67.087.960,05	348.338.295,79

d Concentração dos Principais Devedores

Descrição	30/06/2021	% Carteira total	31/12/2020	% Carteira total
Maior devedor	138.845.435,49	19%	112.690.997,18	32%
10 Maiores devedores	653.385.173,93	89%	339.686.756,35	98%
50 Maiores devedores	735.079.696,19	100%	348.338.295,79	100%

7 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a Composição por tipo de operação

Descrição	30/06/2021		
	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisões para Operações de Crédito	(3.311.456,53)	(1.769.287,18)	(5.080.743,71)
(-) Provisões para Outros Créditos	(32.066,00)	-	(32.066,00)
TOTAL	(3.343.522,53)	(1.769.287,18)	(5.112.809,71)

Descrição	31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.757.974,99)	(526.371,61)	(2.284.346,60)
(-) Provisões para Outros Créditos	(32.066,00)	-	(32.066,00)
TOTAL	(1.790.040,99)	(526.371,61)	(2.316.412,60)

b Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	2.316.412,60	2.369.388,62
Constituições/Reversões no período	2.796.397,11	(62.976,02)
Saldo final	5.112.809,71	2.316.412,60

8 Investimentos

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Partic. em inst. financ. controlada por coop. crédito	146.233.029,16	143.542.160,41
Part. em cooperativas, exceto coop. central crédito	31.540.112,52	31.540.112,52
Outras participações	12.500,00	12.500,00
Outros investimentos	23.200,00	23.200,00
TOTAL	177.808.841,68	175.117.972,93

Descrição	Banco Sicoob	Sicoob Confederação	CNAC	Sicoob Corretora	Outros Investimentos	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	132.725.789,94	30.829.616,37	710.496,15	12.500,00	-	164.278.402,46
Aumento de investimentos	9.229.473,77	-	-	-	23.200,00	9.252.673,77
Resultado de equivalência patrimonial	10.871.961,63	-	-	-	-	10.871.961,63
Dividendos propostos	(151.719,59)	-	-	-	-	(151.719,59)
Dividendos recebidos	(7.994.855,53)	-	-	-	-	(7.994.855,53)
Venda de ações	(1.138.689,61)	-	-	-	-	(1.138.689,61)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	143.542.160,41	30.829.616,37	710.496,15	12.500,00	23.200,00	175.117.972,93
Aumento de investimentos	3.169.953,36	-	-	-	-	3.169.953,36
Resultado de equivalência patrimonial	6.820.298,07	-	-	-	-	6.820.298,07
Dividendos recebidos	(3.170.118,35)	-	-	-	-	(3.170.118,35)
Ajuste a valor de mercado	(4.188.214,98)	-	-	-	-	(4.188.214,98)
Ganho ou perda de capital	56.950,65	-	-	-	-	56.950,65
Saldos em 30 de junho de 2021	146.233.029,16	30.829.616,37	710.496,15	12.500,00	23.200,00	177.808.841,68

9 Imobilizado de uso e intangível, depreciações e amortizações

Descrição	Taxa de depreciação / amortização	30/06/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso (i)			
Imobilizado em Curso		149.010,98	4.120.872,15
Terrenos		2.117.435,74	2.117.435,74
Edificações	4%	8.136.768,13	3.885.492,14
Instalações	10%	663.141,86	616.292,86
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.940.926,13	1.931.802,92
Equipamentos de Processamento de dados	20%	2.691.728,58	2.495.605,48
Equipamentos de Comunicação e de Segurança	10%	477.001,12	337.539,05
		16.176.012,54	15.505.040,34
Intangível (ii)			
Sistemas de processamento de dados	20%	4.194.310,38	5.706.030,64
Sistemas de comunicação e de segurança	10%	-	45.505,00
		4.194.310,38	5.751.535,64
(-) Depreciação e amortização acumulada			
(-) Depreciação acum. imóveis de uso - Edificações		(1.308.175,21)	(1.216.294,59)
(-) Depreciação acumulada de instalações		(55.220,16)	(26.060,38)
(-) Depreciação acum. móveis e equipamentos de uso		(2.335.491,33)	(2.282.621,56)
(-) Amort. acum. de ativos intangíveis		(3.815.306,36)	(5.425.185,68)
		(7.514.193,06)	(8.950.162,21)
TOTAL		12.856.129,86	12.306.413,77

- (i) Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado. As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas;
- (ii) Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

10 Depósitos a prazo

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Depósito a prazo	406.503,99	401.360,12

Os depósitos a prazo possuem liquidez imediata, são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. No primeiro semestre de 2021, foram registrados R\$ 5.143,87 (R\$ 11.825,22 em 2020) no resultado em operações de captação no mercado, de depósitos a prazo.

11 Relações interfinanceiras

a Composição do saldo

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Centralização financeira – Cooperativas	7.733.162.850,86	7.209.609.956,34

A circular BCB n° 3.238/2004, criou, no plano contábil das instituições financeiras – COSIF, desdobramentos de subgrupos e títulos contábeis a serem utilizados pelas cooperativas na contabilização dos valores oriundos do ato cooperativo denominado centralização financeira, cuja premissa é de registrar a transferência das sobras de caixa das cooperativas singulares para o Sicoob Central Ceceremge.

No primeiro semestre de 2021, foram registrados R\$ 92.925.658,39 (R\$ 96.207.923,31 em 2020) no resultado em operações de captação no mercado, de centralização financeira.

b Concentração da centralização financeira

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior depositante	1.714.009.471,68	22%	1.549.640.219,43	21%
10 Maiores depositantes	4.467.233.580,13	58%	4.126.880.584,40	57%
50 Maiores depositantes	7.709.868.796,08	100%	7.159.739.396,59	99%

12 Provisões

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Não Circulante		Não Circulante	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Cofins (i)	2.882.982,25	2.882.982,25	2.872.009,92	2.872.009,92
Cíveis (ii)	453.000,00	4.632,50	811.844,21	106.666,45
TOTAL	3.335.982,25	2.887.614,75	3.683.854,13	2.978.676,37

- (i) A Central discute na esfera administrativa uma ação de mandado de segurança referente à tributação da Cofins, para qual possui depósito judicial, com o mesmo valor atualizado em 30 de junho de 2021. A administração da Central optou em manter a provisão para contingência dos valores atualizados do processo, julgadas suficientes para cobrir eventuais perdas da ação em trâmite.
- (ii) A Central é ré em cinco demandas de natureza cível, discutidas na esfera judicial, com valor total de R\$ 1.125.831,42 em 30 de junho de 2021, indicadas pelos seus assessores jurídicos como perda provável. Em uma das ações cujo valor da causa é de R\$ 452.581,65, a sua cooperativa associada Sicoob Credicopa também foi identificada como ré do processo e foi decidido entre as administrações das cooperativas que a provisão para contingências seria assumida pela associada, portanto, o saldo ora contabilizado foi revertido

em período anterior. A administração da Central decidiu com base em experiências anteriores, em constituir provisão de R\$ 453.000,00 em face das demandas cíveis.

A provisão está assim constituída:

Descrição	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	3.683.854,13
Atualização	10.972,33
Baixa	(154.332,96)
Reversão	(204.511,25)
Saldos em 30 de junho de 2021	3.335.982,25

Conforme os assessores jurídicos da Central, não há outros processos que indicam perda provável ou possível em 30 de junho de 2021.

13 Outras obrigações

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Sociais e estatutárias:		
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	2.775.005,21	2.775.005,21
Cotas de capital a pagar	2.680.387,05	2.394.310,40
Provisão para participação nos lucros	193.382,79	347.794,79
Fundos voluntários (ii)	1.701.200,24	-
	7.349.975,29	5.517.110,40
Fiscais e previdenciárias:		
Provisão p/ impostos e contribuições sobre lucros	16.294,99	9.222,96
Impostos e contribuições a recolher	425.245,60	457.813,49
	441.540,59	467.036,45
Diversas:		
Obrigações por bens e direitos	7.984,71	71.660,26
Provisão para pagamentos a efetuar	1.932.460,26	1.490.410,95
Credores diversos no País (iii)	24.222.581,14	12.522.056,00
	26.163.026,11	14.084.127,21
TOTAL	33.954.541,99	20.068.274,06

- (i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 13c).
- (ii) Trata-se do Fundo de Comunicação e Marketing, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 2021 e aprovado pelo Conselho de Administração na mesma data. Foi constituído por meio de parte das sobras líquidas apuradas no exercício de 2020. Terá aplicação no desenvolvimento de atividades de assessoria e imprensa, comunicação institucional, comunicação mercadológica, eventos, patrocínios e projetos de inovações.

- (iii) Refere-se, em sua maioria, ao rendimento da centralização financeira, a ser repassado para as cooperativas associadas.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Central, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

14 Patrimônio Líquido

a Capital social

O capital social é representado por quotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Cada cooperativa singular associada tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes na Central, exceto aquelas impedidas por desacordo estatutário.

No primeiro semestre de 2021, a Central aumentou seu capital social no montante de R\$ 29.168.455,91, com recursos provenientes da distribuição das sobras de 2020 e de suas associadas. Também ocorreram devoluções no primeiro semestre de 2021 no montante de R\$ 4.207.912,66.

Em 30 de junho de 2021 a Central contava com 56 associadas (60 associadas 2020).

O capital social da Central é de R\$ 281.941.797,18 e de R\$ 258.188.332,90 em 30 de junho de 2021 e de 2020, respectivamente, totalmente subscrito e integralizado.

b Reservas de sobras

b.1 Reserva legal

Tem como finalidade reparar perdas eventuais e futuras e atender ao desenvolvimento das atividades da Central, o percentual de destinação das sobras é de 10%.

b.2 Reserva de lucros a realizar

Refere-se à transferência do resultado de equivalência patrimonial do Banco Sicoob S/A, por se tratar de ato não cooperativo, não realizado.

c Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES

Possui a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 13(i)). O percentual de destinação do FATES é de 20%.

d Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social da Central, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2021, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2020 para distribuição às associadas (R\$ 4.000.000,00) e para constituição do Fundo de Comunicação e Marketing (R\$ 1.701.200,24).

15 Dispêndios e despesas de pessoal

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Honorários - Conselho fiscal	(109.767,60)	(81.078,90)
Honorários - Diretoria e Conselho de administração	(1.058.707,64)	(745.924,80)
Benefícios	(380.266,64)	(394.496,57)
Encargos sociais	(1.403.124,83)	(1.251.821,83)
Proventos	(3.609.418,45)	(3.287.764,64)
Treinamento	(2.639,00)	(3.212,00)
Remuneração de estagiários	(14.336,66)	(12.528,00)
TOTAL	(6.578.280,82)	(5.776.826,74)

16 Outros dispêndios e despesas administrativas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Água, Energia e Gás	(54.807,87)	(49.577,02)
Aluguéis	(13.146,97)	(17.171,52)
Comunicações	(83.370,02)	(79.196,70)
Manutenção e Conservação de bens	(157.756,97)	(114.258,06)
Material	(39.426,75)	(31.677,36)
Processamento de dados	(247.424,50)	(109.874,14)
Promoções e Relações públicas	(15.710,00)	(27.553,52)
Propaganda e Publicidade	(1.827.621,96)	(2.621.347,22)
Publicações	(13.947,36)	(13.312,00)
Seguros	(27.082,53)	(24.123,36)
Serviços do Sistema financeiro	(365.548,35)	(284.218,96)
Serviços de Terceiros	(13.791,86)	(14.502,83)
Serviços de vigilância e Segurança	(20.375,13)	(15.639,30)
Serviços técnicos especializados	(186.321,48)	(165.521,68)
Transporte	(19.605,11)	(27.369,13)
Viagem no País	(87.651,93)	(63.231,91)
Amortização	(131.325,52)	(163.937,52)
Depreciação	(336.143,70)	(168.291,44)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(698.698,98)	(606.335,48)
Emolumentos judiciais e cartorários	(53,16)	(155,61)
Rateio de despesas da Central	0,00	(6.250,22)
Outras despesas administrativas	(158.948,91)	(135.712,56)
TOTAL	(4.498.759,06)	(4.739.257,54)

17 Outros ingressos e receitas operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de encargos e despesas	379.492,25	457.022,66
Reversão de provisões operacionais	33.235,02	0,00
Taxa de administração para funcionamento da cooperativa	4.981.747,14	0,00
Resultado da centralização financeira	7,00	0,00
Atualização depósitos judiciais	10.972,33	7.442,50
Outras rendas operacionais	363.614,97	5.045.126,86
TOTAL	5.769.068,71	5.509.592,02

18 Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 30 de junho de 2021 e 2020, a Central não é avalista de suas associadas em transações junto ao Banco Sicoob.

19 Seguros contratados

A administração da Central adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

20 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e operações de crédito, no ativo, e depósitos e relações interfinanceiras, no passivo. Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos no primeiro semestre de 2021 e de 2020.

21 Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Central e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim descritas no primeiro semestre de 2021 e no exercício de 2020:

a Banco Sicoob S/A

O Banco Sicoob é um banco comercial privado especializado no atendimento às cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao SICOOB Confederação. A Central mantém saldos de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários junto ao Banco Sicoob, nos termos que estariam disponíveis para terceiros.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Principais saldos:		
Ativo		
Circulante		
Disponibilidades (nota 3)	6.036.014,31	3.000,00
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	4.340.920.081,76	3.848.780.112,93
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	893.412.379,19	529.250.034,74
Não circulante		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	169.882.623,43	1.123.039.893,59
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	1.336.810.268,25	813.163.373,19
Investimentos (nota 8)	146.233.029,16	143.542.160,41
Patrimônio líquido		
Outros resultados abrangentes (nota 8)	(4.188.214,98)	-
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	57.274.933,61	112.723.391,33
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	23.517.124,84	28.124.324,01
Resultado de participação em controlada (nota 8)	6.820.298,07	10.871.961,63
Ganho ou perda de capital (nota 8)	58.950,65	-

b SICOOB Confederação

O SICOOB Confederação é uma cooperativa de terceiro grau, segundo a legislação cooperativista e, como instituição, possui personalidade jurídica própria. Foi constituída pelas cooperativas centrais do Sistema - Centrais Sicoob e possui a finalidade de defender os interesses das cooperativas representadas, ofertar serviços, promover a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos (nota 8)	30.829.616,37	30.829.616,37
Principais operações:		
Resultado		
Dispêndios		
Rateios de dispêndios do SICOOB Confederação (nota 16) (i)	(698.698,98)	(606.335,48)

- (i) Em 14 de dezembro de 2016, o SICOOB Confederação através da Resolução 179, instituiu a Política de Rateio de Despesas do SICOOB Confederação, com início de vigência para 1º de janeiro de 2017. De acordo com a política, as despesas a serem rateadas são classificadas em: a) tecnologia: contemplam as despesas de depreciação e amortização, despesas com pessoal, processamentos de dados, pessoal terceirizado, comunicação, serviços técnicos, segurança e outras despesas; b) demais áreas: contemplam as despesas de depreciação e amortização, despesas com pessoal, administrativas, aluguéis e condomínios, comunicação, serviços técnicos e outras despesas.

c Cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau

O Sicoob Central Cecremge possui transações com partes relacionadas, compreendendo as cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau, cujo objeto social é o de proporcionar assistência financeira aos associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias das cooperativas de crédito. São 56 cooperativas singulares filiadas ao Sicoob Central Cecremge. As cooperativas de crédito singulares do Sicoob Central Cecremge são instituições financeiras resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e, portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Principais saldos:		
Ativo		
Circulante		
Operações de crédito (nota 6)	499.091.924,89	281.250.335,74
Não circulante		
Operações de crédito (nota 6)	235.987.771,30	67.087.960,05
Passivo		
Circulante		
Depósitos a prazo (nota 10)	406.503,99	401.360,12
Relações interfinanceiras (nota 11)	7.733.162.850,86	7.209.609.956,34
Patrimônio líquido		
Capital social (nota 14a)	281.941.797,18	256.981.253,93
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Operações de crédito (nota 6a)	7.126.535,01	7.950.261,07
Dispêndios		
Dispêndios com depósitos a prazo (nota 10)	5.143,87	18.210,70
Dispêndios de depósitos intercooperativos (nota 11)	92.925.658,39	167.408.780,85

d Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. – SICOOB Corretora

A Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - SICOOB Corretora é uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelas cooperativas centrais do Sistema – Sicoob. Possui a finalidade de prestar serviços de administração e corretagens de seguros em geral, bem como, serviços afins e correlatos.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos (nota 8)	12.500,00	12.500,00

e Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração da Central inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no primeiro semestre de 2021, montaram a R\$ 1.168.475,24 (R\$ 827.003,70 em 2020).

22 Índice de Basileia

O patrimônio líquido da Central apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, com Índices de Basileia de 13,64% e 13,82% em 30 de junho de 2021 e de 2020, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Patrimônio de Referência- PR	191.494.591,65	180.405.786,00
RWA para Risco de Crédito - RWA_{CPAD}	1.342.573.827,59	1.266.073.582,65
RWA para Risco de Mercado - RWA_{MPAD}	264.782,75	214.234,37
RWA para Risco Operacional - RWA_{OPAD}	28.479.881,25	31.972.659,20
RWA total	1.371.318.491,59	1.298.260.476,22
Parcelas de Riscos	109.705.479,32	103.860.838,10
Adicional Capital Principal ACP (i)	22.283.925,49	16.228.255,95
Parcela R_{BAN}	3.156.127,29	642.086,06
Total Parcelas + ACP + R_{BAN}	135.145.532,10	120.731.180,11
Índice de Basileia - IB	13,64%	13,82%

- (i) Em 16 de março de 2021, o Banco Central do Brasil – BACEN tornou público a Resolução CMN nº 4.783/2020, que estabelece, por prazos determinados, percentuais a serem aplicados ao montante RWA, para fins de apuração da parcela ACP Conservação de que trata a Resolução CMN nº 4.193/2013. No período de 1º de abril de 2021 a 30 de setembro de 2021, haverá um aumento do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACPConservação) de 1,25% para 1,625%, trazendo o percentual mínimo para o Índice de Basileia para 9,625% a partir de 1/4/2021. Esse percentual irá aumentar gradualmente em datas estabelecidas, retornando a 10,5% em 1/4/2022.

23 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação e BANCO SICOOB.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br), seção Relatórios, o Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar 3, aplicável às Cooperativas enquadradas nos Segmentos S3 e S4.

a Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de

perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

b Risco de Mercado e de liquidez

- a) O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).
- b) O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- c) No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:
 - a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
 - b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
 - c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
 - d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
 - e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
 - f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
 - g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

c Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência,

e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Risco de crédito e socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao Centro Cooperativo Sicoob – CCS, a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

d Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

Luiz Gonzaga Viana Lage
Presidente do conselho de administração
CPF 011.952.046-04

Irany Márcia Pimenta
Contadora CRC MG: 048377/O-4
CPF 461.953.946-53

Samuel Flam
Diretor responsável pela área contábil
CPF 315.712.556-72

*** fim ***